XXI Enanpur Curitiba 19 a 23 de Maio de 2025 ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global

O CÍRCULO VICIOSO DO SUBDESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL-FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL-BRASIL[1]

Vilmar Nogueira Duarte
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: vilmar@uems.br
Rosele Marques Vieira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: rosele@uems.br

Sessão Temática 02: Desenvolvimento regional: políticas, escalas e ações.

Resumo: Este artigo analisa as condições de desenvolvimento dos municípios da região Sul-Fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, entre 2005 e 2016. Para tanto, adotou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e como parâmetro metodológico o "*Informe sobre Desarrollo Humano*" publicado no México, em 2002, o qual classifica os municípios da seguinte forma: a) *tendendo ao crescimento*; b) *tendendo ao desenvolvimento*; c) *círculo vicioso*; e d) *círculo virtuoso*. A análise foi realizada em duas etapas. Primeiramente, analisou-se a dinâmica da população, do emprego formal e do IFDM geral dos municípios estudados. Na sequência, a análise foi realizada por meio de duas abordagens: a intrarregional, que compara o IFDM de cada município com a média do IFDM da própria região; e a inter-regional, que compara o IFDM de cada município com a média do IFDM estadual. Os resultados mostram que a população é concentrada espacialmente na região, principalmente nos municípios de Ponta Porã e Amambai. Mostram, também, que o emprego formal na região cresceu cerca de 60% no período, com o IFDM geral apresentando uma leve melhora em Ponta Porã, Aral Moreira e Amambai. A análise pela ótica da abordagem intrarregional mostra ter havido certa equalização do desenvolvimento na região, com apenas Tacuru e Sete Quedas permanecendo na condição de *círculo vicioso*. Porém, na análise pela ótica da abordagem inter-regional, o que se verifica é a existência de precárias condições de desenvolvimento na região, em que um *círculo vicioso* de subdesenvolvimento é evidenciado em oito dos nove municípios estudados.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento; Região de Fronteira; Municípios; Mato Grosso do Sul.

THE VICIOUS CIRCLE OF UNDERDEVELOPMENT OF MUNICIPALITIES OF THE SOUTHERN BORDER REGION OF MATO GROSSO DO SUL-BRAZIL

Abstract: *This article analyzes the development conditions of municipalities in the Southern Border region of the state of Mato Grosso do Sul, between 2005 and 2016. For this purpose, the Firjan Municipal Development Index (IFDM) was adopted, using as a methodological parameter the "Informe sobre Desarrollo Humano" published in Mexico, in 2002, which classifies municipalities as follows: a) tending towards growth; b) tending towards development; c) vicious circle; and d) virtuous circle. The analysis was carried out in two stages. First, the dynamics of the population, formal employment, and the overall IFDM of the studied municipalities were examined. Subsequently, the analysis was conducted through two approaches: the intraregional approach, which compares the IFDM of each municipality with the regional IFDM average, and the interregional approach, which compares the IFDM of each municipality with the state's IFDM average. The results show that the population is spatially concentrated in the region, particularly in the municipalities of Ponta Porã and Amambai. They also reveal that formal employment in the region increased by around 60% during the period, with the overall IFDM showing a slight improvement in Ponta Porã, Aral Moreira, and Amambai. The intraregional approach indicates a certain equalization of development within the region, with only Tacuru and Sete Quedas remaining in the vicious circle condition. However, the interregional analysis reveals precarious development conditions in the region, with a vicious circle of underdevelopment observed in eight of the nine studied municipalities.*

Keywords: *Underdevelopment; Border Region; Municipalities; Mato Grosso do Sul.*

EL CÍRCULO VICIOSO DEL SUBDESARROLLO DE LOS MUNICIPIOS DE LA REGIÓN FRONTERIZA SUR DE MATO GROSSO DO SUL-BRASIL

Resumen: *Este artículo analiza las condiciones de desarrollo de los municipios de la región Sur-frontera del estado de Mato Grosso do Sul, entre 2005 y 2016. Con este fin, se adoptó el Índice Firjan de Desarrollo Municipal (IFDM) y, como parámetro metodológico, el "Informe sobre Desarrollo Humano" publicado en México, en 2002, el cual clasifica a los municipios de la siguiente manera: a) en tendencia hacia el crecimiento; b) en tendencia hacia el desarrollo; c) círculo vicioso; y d) círculo virtuoso. El análisis se realizó en dos etapas. Primero, se analizó la dinámica de la población, del empleo formal y del IFDM general de los municipios estudiados. A continuación, el análisis se llevó a cabo mediante dos enfoques: el intrarregional, que compara el IFDM de cada municipio con la media del IFDM de la propia región; y el interregional, que compara el IFDM de cada municipio con la media del IFDM estatal. Los resultados muestran que la población está concentrada espacialmente en la región, principalmente en los municipios de Ponta Porã y Amambai. También revelan que el empleo formal en la región creció alrededor de un 60% en el período, con una leve mejora en el IFDM general en Ponta Porã, Aral Moreira y Amambai. El análisis desde la perspectiva del enfoque intrarregional muestra cierta equiparación del desarrollo en la región, con solo Tacuru y Sete Quedas permaneciendo en la condición de círculo vicioso. Sin embargo, en el análisis desde la perspectiva del enfoque interregional, se evidencia la existencia de condiciones precarias de desarrollo en la región, donde un círculo vicioso de subdesarrollo se manifiesta en ocho de los nueve municipios estudiados.*

Palabras clave: *Subdesarrollo; Región Fronteriza; Municipios; Mato Grosso do Sul.*

INTRODUÇÃO

A literatura tem evidenciado que os municípios da faixa de fronteira, principalmente os localizados na fronteira internacional, apresentam singularidades que os distinguem dos municípios das demais regiões brasileiras. Frequentemente, a temática "região de fronteira" tem sido foco de debates, planos e políticas de desenvolvimento. No entanto, apesar da preocupação com essa região, a fronteira continua apresentando pouco dinamismo socioeconômico e baixos níveis de desenvolvimento. Segundo Belarmino e Vieira (2021), na prática, são poucos os resultados efetivos, em termos de desenvolvimento, percebidos pela população das áreas de fronteira.

Esse menor nível de desenvolvimento dos municípios localizados nas áreas fronteiriças é decorrente do processo histórico de concentração do desenvolvimento nas regiões litorâneas e centrais do país, associado às grandes distâncias, o que naturalmente colaborou para que essa região fosse povoada tardiamente. As dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, inicialmente devido à distância do litoral e dos grandes centros do país, fizeram com que, desde sua criação, a faixa de fronteira enfrentasse severas limitações ao desenvolvimento.

Além disso, é importante destacar, também, que a preocupação do Estado brasileiro sempre foi com a garantia de sua soberania e independência nacional, desde os tempos de Colônia. Até o século XX, o poder público via a fronteira terrestre apenas como um limite de proteção ao país, não se preocupando com o desenvolvimento ou integração dessas áreas, mas com o seu povoamento e fortalecimento militar, com o intuito de dar mais segurança ao território (Krüger *et al.*, 2017). Essa visão condiz com as leis de defesa nacional e de defesa do território vigentes na época. Esse conjunto de fatores fez com que essa região ficasse às margens do progresso, apresentando características de regiões periféricas e subdesenvolvidas.

Diante dessas constatações, cumpre saber em qual estágio de desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento encontram-se os municípios da fronteira brasileira. Dessa forma, estudos sobre as condições de desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento são de grande relevância, à medida que mostram o desempenho de indicadores econômicos e sociais, considerando suas limitações, diferenças e singularidades, fornecendo uma série de informações sobre gargalos e fragilidades nos quais as políticas públicas devem focar (Ferrera de Lima; Hersen; Klein, 2016; Ferrera de Lima, 2020).

É nesse contexto que se insere o problema desta pesquisa: os municípios da região Sul-Fronteira de Mato Grosso do Sul apresentaram evolução de seus indicadores de desenvolvimento entre 2005 e 2016? Sendo assim, o objetivo deste estudo foi o de analisar as condições de desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento dos municípios da região Sul-Fronteira de Mato Grosso do Sul, entre 2005 e 2016, a partir da análise de indicadores apropriados, que, neste estudo, vinculam-se ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Trata-se de um estudo bibliográfico, quantitativo e descritivo, elaborado a partir de

dados extraídos das plataformas digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Além desta parte introdutória, o texto está dividido e mais quatro seções. A próxima seção trata dos aspectos teóricos do subdesenvolvimento utilizados neste estudo, no qual são destacadas as principais contribuições dos autores consultados. A terceira seção se volta ao recorte geográfico e à metodologia empregada na análise. A quarta seção apresenta e discute os principais resultados encontrados. Por fim, na quinta seção, são tecidas as considerações finais.

ASPECTOS TEÓRICOS DO SUBDESENVOLVIMENTO

A discussão acerca do que seja o subdesenvolvimento é bastante acirrada entre os teóricos da economia regional. Para Myrdal (1957), essa expressão passou a ser utilizada como consequência do novo nacionalismo do pós-guerra, o que se tornou possível com a eliminação das diversas estruturas de controle que mantinham o sistema de poder estabelecido no mundo, permitindo aos povos mais pobres reivindicações por uma nova posição. Para o autor, esse termo somente veio a prevalecer depois da II Guerra Mundial, o que foi reflexo da grande mudança ocorrida na situação sociopolítica mundial. A expressão usada até então era a de "países atrasados".

Na concepção de Myrdal (1957), o uso do termo "países subdesenvolvidos" e/ou "regiões subdesenvolvidas" envolve o juízo de valor de que a política governamental dos países ou regiões assim designadas deveria ser orientada para o desenvolvimento. É com essa conotação que se usava esse termo nos países e/ou regiões pobres, impondo seu uso aos países ricos. Para Moura (1990), isso explica, em grande medida, por que os políticos das regiões desenvolvidas daquela época evitavam falar em subdesenvolvimento, preferindo o termo "regiões em desenvolvimento", como se as regiões desenvolvidas não continuassem, também, desenvolvendo-se ainda mais.

Furtado (1983) enfatiza que as chamadas economias subdesenvolvidas, na história moderna, passaram a ser caracterizadas por grandes disparidades tecnológicas, desigualdades na produtividade do trabalho e uma proporção estável da população vivendo na condição de subsistência e subemprego. Para Rostoldo (2021), a visão do subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo indica que os países e/ou regiões não precisam passar por essa etapa, muito menos permanecer nela. Porém, ser subdesenvolvido significa ser dependente, pois dependência e subdesenvolvimento são coisas que estão correlacionadas, frisa o autor.

Para Nurkse (1957), os países – e isso vale também para as regiões – são pobres porque abrigam uma população de baixo poder aquisitivo, decorrente da baixa produtividade dos fatores, o que faz com que a produção de bens e serviços seja restringida ao tamanho desse mercado e à falta de investimentos produtivos. Para o autor, isso ocorre de acordo com a

seguinte lógica: a baixa acumulação de capital gera um lento crescimento econômico e uma baixa produtividade dos fatores. Estes, por sua vez, reduzem os níveis de renda e de poupança, assim como o mercado interno, provocando altos custos médios e baixas taxas de lucro. A insignificante propensão marginal a investir resultante desse processo fecha esse círculo, gerando o que ele denominou "*círculo vicioso* do subdesenvolvimento", caracterizado pelo acúmulo insuficiente de capital.

Já para Myrdal (1957), parte significativa das explicações dos males dos países e/ou regiões subdesenvolvidas reside no fato de seus efeitos propulsores serem fracos. Isso ocorre porque as regiões com maior atraso econômico são caracterizadas por baixos níveis de renda, educação, saúde e mobilidade social, que geram obstáculos à criação desses efeitos. Ao se referir a esta questão, Cardoso (2012) destaca que adoção de medidas de políticas igualitárias são mais difíceis nessas circunstâncias, justamente por conta da debilidade dos efeitos propulsores regionais. Ressalta ainda que, em geral, o Estado nas regiões subdesenvolvidas também é fraco.

A abordagem de Myrdal (1957) preconiza que a expansão econômica de algumas regiões tende a produzir efeitos regressivos em outras, fazendo com que estas últimas mergulhem em um *círculo vicioso* de subdesenvolvimento. Para o autor, um fator negativo – nesse caso os efeitos regressivos – pode ser ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos nessas regiões, culminando no que ele denominou de "causação circular cumulativa". Nesse caso, os efeitos propulsores fracos seriam reflexo dos efeitos propulsores internos a essas regiões, que seriam tanto consequência como causa do seu subdesenvolvimento.

Nesse contexto, surge, então, o fenômeno do subdesenvolvimento, decorrente da expansão das economias regionais mais industrializadas. Mas, afinal, como se define o subdesenvolvimento? Brandão (2007) ressalta que o subdesenvolvimento é uma malformação estrutural, que deve ser enfrentada de maneira consciente e enérgica por meio de políticas públicas capazes de romper com o atraso estrutural dessas regiões. O autor pondera que o conformismo por parte da população dessas regiões colabora para a perpetuação das condições de subdesenvolvimento.

Para Ferrera de Lima (2020), o subdesenvolvimento pode ser entendido como um processo que se fortalece, sobretudo, pela incapacidade da comunidade de criar uma mentalidade de desenvolvimento, capaz de produzir inovações que melhorem as condições sociais, institucionais e produtivas da região e/ou local. Já Furtado (1983) esclarece que captar a natureza do subdesenvolvimento não é uma tarefa fácil. Para o autor, o grau de acumulação de capital aos processos produtivos e o grau de acesso aos bens finais, que condicionam ao "estilo de vida moderno", são parâmetros que podem ser utilizados para medir o grau de subdesenvolvimento.

Como se percebe, o subdesenvolvimento envolve elementos que vão além de uma simples precarização da produção e da distribuição da renda, pois a privação do acesso a serviços

públicos de qualidade, que impede melhorias no bem-estar social, também caracteriza o subdesenvolvimento. São nessas situações que a intervenção do Estado se torna necessária, por meio de políticas públicas específicas e eficazes, com o intuito de reverter o papel que a iniciativa privada não consegue desempenhar, uma vez que não é de seu perfil oferecer serviços dessa natureza (Raiher; Ferrera de Lima, 2014; Ferrera de Lima, 2019; Ferrera de Lima, 2020; Corrêa; Duarte, 2022; Duarte, 2023).

Assim, a concepção de subdesenvolvimento utilizada neste estudo considera, além dos aspectos de ordem puramente econômica – em que as pessoas normalmente vivem em precárias condições de emprego e renda, sobrevivendo, sobretudo, de ajudas governamentais –, os aspectos relacionados ao mal-estar social, como ausência de acesso a serviços públicos de qualidade, que priva as pessoas de uma melhor qualidade de vida e de bem-estar. São esses aspectos que caracterizam o "*círculo vicioso* do subdesenvolvimento", destacado por Nurkse (1957) e que constitui tema central deste estudo.

Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apresentado na década de 1990 pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), passou a ser o indicador de monitoramento do bem-estar social e dos níveis de desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento. Trata-se de um indicador que coloca o indivíduo no centro das atenções, ao acompanhar seu bem-estar, considerando os níveis de renda, saúde e educação como pilares do desenvolvimento humano. Assim, apesar de suas limitações, por não captar todas as adversidades que envolvem o bem-estar humano, o IDH se tornou referência, tanto para a implementação de políticas públicas quanto para a construção de outros indicadores de monitoramento do bem-estar social, entre os quais está o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), cuja metodologia é semelhante à do IDH.

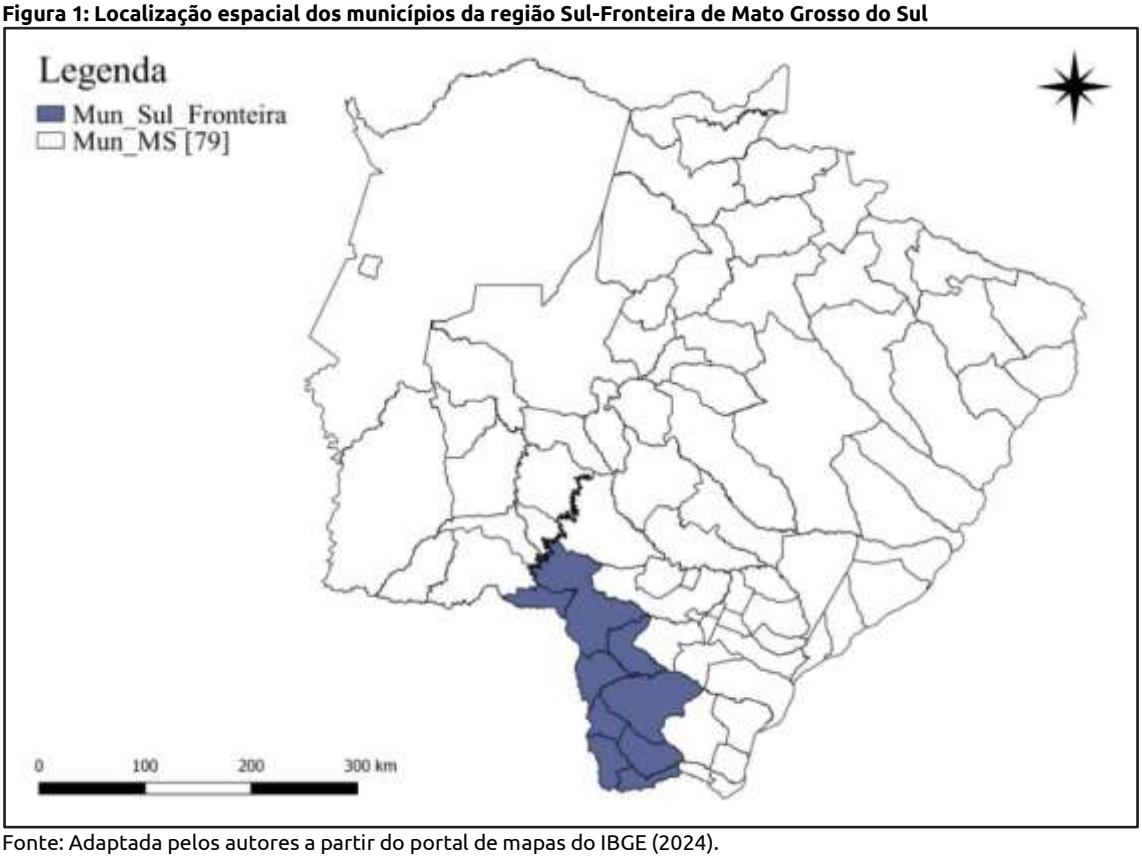
RECORTE GEOGRÁFICO E METODOLOGIA

O recorte geográfico analisado foi a Região de Planejamento Sul-Fronteira de Mato Grosso do Sul[2], composta pelos municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru, que ocupam uma área territorial de 19.020,94 km² (Mato Grosso do Sul, 2015). A maioria desses municípios – seis, no total – faz fronteira com o Paraguai (Figura 1, na sequência), o que facilita a integração econômica e cultural entre os dois países, além de estabelecer fortes laços de amizade e de convívio social.

Trata-se de uma região formada por municípios com elevada heterogeneidade, principalmente no que se refere ao tamanho da população, à área territorial e ao nível de desenvolvimento. A forte dependência econômica ligada à produção rural é que caracteriza a maioria desses municípios. Ponta Porã é o município polo da região e o que detêm o maior território, enquanto Sete Quedas é o menor, ambos com 5.330,45 km² e 833,73 km² de extensão, respectivamente (Mato Grosso do Sul, 2015).

Para analisar a dinâmica do desenvolvimento/subdesenvolvimento dos municípios da região Sul-Fronteira do MS, entre 2005 e 2016, utilizou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que utiliza dados disponibilizados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), abrangendo as dimensões Saúde, Educação e Emprego & Renda. Esse indicador classifica o grau de desenvolvimento dos municípios da seguinte forma: Alto Desenvolvimento (0,800-1000); Desenvolvimento Moderado (0,600- 0,799); Desenvolvimento Regular (0,400-0,599); e Baixo Desenvolvimento (valor inferior a 0,400) (Corrêa; Duarte, 2022; Duarte, 2023).

Figura 1: Localização espacial dos municípios da região Sul-Fronteira de Mato Grosso do Sul



Fonte: Adaptada pelos autores a partir do portal de mapas do IBGE (2024).

A análise está dividida em duas partes. Inicialmente, o texto apresenta a dinâmica da população, do emprego formal e do IFDM geral dos municípios da região Sul-Fronteira. Na sequência, adotou-se como parâmetro o "*Informe sobre Desarrollo Humano*", publicado no México, em 2002 (UNDP, 2002) – que classificou os estados mexicanos de acordo com seus perfis de desenvolvimento (Quadro 1, abaixo) –, para mensurar o grau de desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento desses municípios, a partir de dados desagregados do IFDM, nas dimensões: Saúde, Educação e Emprego & Renda (Corrêa; Duarte, 2022; Duarte, 2023).

Quadro 1: Classificação dos municípios de acordo com seus perfis de desenvolvimento socioeconômico

Classificação	Situação do município
Tendendo ao crescimento	IFDM-Emprego & Renda > que a média
Tendendo ao desenvolvimento	IFDM-Saúde e/ou IFDM-Educação > que a média
Círculo vicioso (subdesenvolvimento)	IFDM-Emprego & Renda, IFDM-Saúde e IFDM-Educação < que a média
Círculo virtuoso (desenvolvido)	IFDM-Emprego & Renda, IFDM-Saúde e IFDM-Educação > que a média

Fonte: Raiher e Ferrera de Lima (2014); Corrêa, Bidarra e Piffer (2019); Corrêa e Duarte (2022); Ferrera de Lima (2022); Duarte (2023) adaptado do *Informe sobre Desarrollo Humano* (2002) e IFDM (2024).

Essa parte da análise envolve duas comparações: uma intrarregional, em que o IFDM de cada município é comparado com o IFDM médio (IFDMe), calculado pela média ponderada da população estimada de todos os municípios da região; e uma inter-regional, em que o IFDM de cada município é comparado com o IFDMe, calculado pela média ponderada da população estimada de todos os municípios do estado. Para o cálculo do IFDMe, utilizou-se a seguinte expressão:

$$IFDMe = \frac{\sum IFDM_j \, x \, POP_j}{POP_i} \qquad 01$$

Em que: $IFDM_j$ = Valor do Índice Firjan do Município *j*; POP_j = População estimada do Município *j*; POP_i = População total estimada da unidade de referência *i*. Os dados do IFDM referentes aos anos de 2005 e 2016 foram extraídos da base de dados do Sistema Firjan. Dentre os autores que utilizaram esse método para classificar os municípios segundo seus perfis de desenvolvimento estão: Raiher e Ferrera de Lima (2014), Corrêa, Bidarra e Piffer (2019), Corrêa e Duarte (2022), Ferrera de Lima (2022), Duarte (2023), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

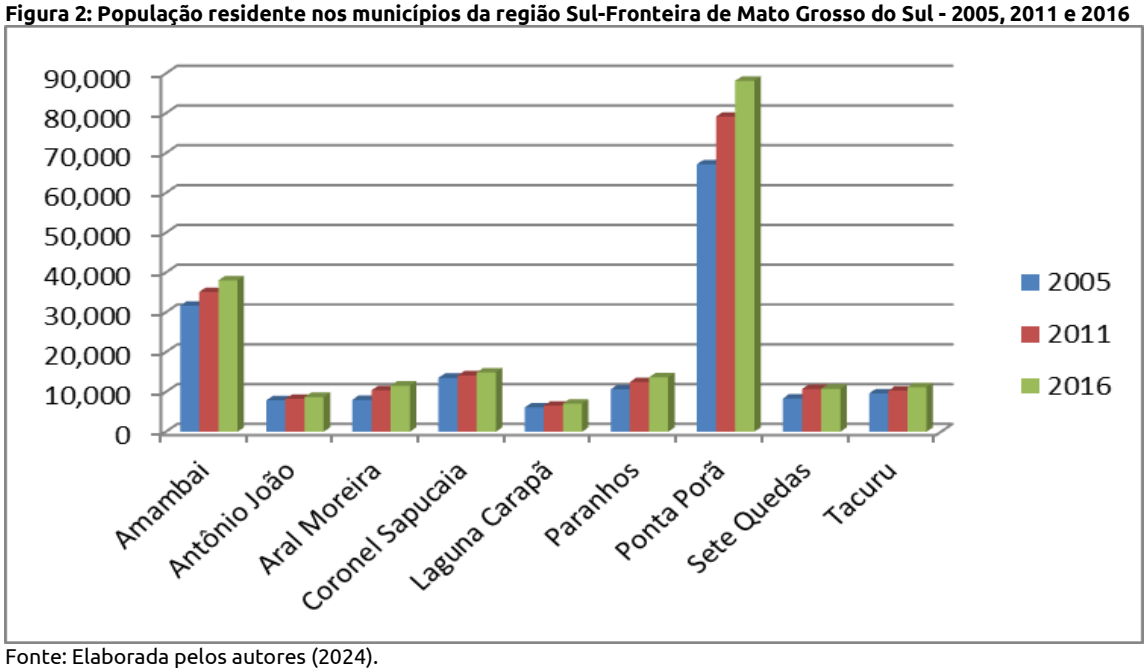
Esta seção apresenta os resultados e as discussões do estudo em questão, subdividida em duas subseções. A primeira mostra a dinâmica da população, do emprego formal e do IFDM geral dos municípios da região Sul-Fronteira de Mato Grosso do Sul entre 2005 e 2016. A segunda apresenta a dinâmica socioeconômica desses municípios, analisada sob a ótica das abordagens intra e inter-regional.

A DINÂMICA DA POPULAÇÃO, DO EMPREGO FORMAL E DO IFDM DOS MUNICÍPIOS SUL-FRONTEIRIÇOS

A população sul-fronteiriça é concentrada espacialmente, principalmente nos municípios de Ponta Porã e Amambai (Figura 2, a seguir), os quais detêm aproximadamente 62% dos habitantes da região. A população regional cresceu a uma taxa média de 1,88% ao ano no período estudado, com Ponta Porã sendo o município mais populoso, com 88.164 habitantes em 2016, enquanto Laguna Carapã é o menos habitado, com 7.097 residentes

(IBGE, 2016). Dos nove municípios estudados, sete detinham população inferior a 15.000 habitantes entre 2005 e 2016 com 39% vivendo na área rural. Antônio João e Coronel Sapucaia apresentaram as menores taxas de crescimento populacional no período e Sete Quedas apresentou estagnação total a partir de 2011 (Figura 2). Apenas Antônio João e Sete Quedas tinham taxas de urbanização acima de 80% em 2010 (IBGE, 2010).

Figura 2: População residente nos municípios da região Sul-Fronteira de Mato Grosso do Sul - 2005, 2011 e 2016



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Essa dinâmica populacional dos municípios estudados está fortemente correlacionada ao dinamismo de suas economias. Municípios com a presença mais intensa de ramos produtivos vinculados à indústria de transformação conseguem difundir outras atividades econômicas em seus territórios, principalmente aquelas ligadas aos setores de comércio e serviços. Essa maior diversificação produtiva tende a gerar mais emprego e mais renda para a população local, melhorando os indicadores de desenvolvimento (Alves, 2022; Duarte, 2022). Na região Sul-Fronteira do MS, os municípios de Ponta Porã e Amambai são os que mais se enquadram nesse perfil.

Por outro lado, aqueles municípios com características mais agrárias e muito dependentes do setor primário têm enfrentado dificuldades para reter seus excedentes econômicos e também sua população. A carência de investimentos em setores produtivos de maior dinamismo econômico limita a oferta de emprego nesses municípios, dificultando a retenção dos poucos fatores de produção que dispõem. Esse foi o caso dos municípios que passaram a apresentar tendência de estagnação populacional, como Antônio João, Coronel Sapucaia e Sete Quedas, principalmente a partir de 2011. Para Rippel (2022), o avanço nas técnicas de produção e colheita agrícola tem favorecido a monocultura e a produção em grande escala, aumentando a concentração populacional – via êxodo rural – nas áreas de maior dinamismo econômico, principalmente as urbanas. Este é o caso da maioria dos

municípios da região estudada, que, devido à excessiva especialização em atividades agropecuárias, acabam perdendo seus fatores de produção para outras regiões.

A Tabela 1, a seguir, mostra a evolução dos empregos formais gerados pelos grandes setores de atividade econômica da região Sul-Fronteira entre 2005 e 2016. Conforme a tabela, percebe-se que os setores de comércio e serviços são os maiores empregadores da região, responsáveis por 73,2% dos empregos regionais em 2005 e 69,4% em 2016. O município de Ponta Porã é o principal empregador desses setores, sendo responsável por 45,8% das alocações em 2005 e 52,5% em 2016 (Apêndice 1). Para Duarte e Alves (2022), esse protagonismo de Ponta Porã decorre do fato de o município estar localizado na linha de fronteira com o Paraguai, para onde se desloca regularmente um contingente significativo de pessoas de diversas regiões do país para fazer compras. Essa capacidade de acolhimento de turistas tem ajudado a dinamizar o setor terciário do município, especialmente os segmentos de hotéis e restaurantes.

A agropecuária também é um grande empregador da região, tendo representado 19,7% dos empregos regionais, em 2005, e 20,3%, em 2016. Os municípios em que a agropecuária tem participação mais expressiva nos seus empregos totais são: Laguna Carapã (50,7%), Antônio João (42%), Tacuru (40,6%) e Aral Moreira (37,7%) (Apêndice 1). Duarte (2022) destaca que a agropecuária é caracterizada por uma elevada informalidade de suas ocupações, o que significa que a força de trabalho do setor primário na região Sul-Fronteira pode ser superior ao número captado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ademais, essa elevada proporção de alocações na agropecuária em relação aos demais setores econômicos indica a dependência de um setor que é pouco dinâmico na economia regional (o primário), o que dificulta a difusão de outras atividades produtivas na região, principalmente as ligadas ao setor terciário.

O setor industrial é o penúltimo colocado em alocações de mão de obra na região. Em 2005, a indústria alocava apenas 6,1% da mão de obra regional, percentual que passou para 8,7%, em 2016. O município de Ponta Porã se destaca como o maior empregador da indústria, com 66,9% das alocações do setor, em 2016 (Apêndice 1), indicando uma intensa contração espacial da mão de obra ocupada na indústria regional. Para Duarte (2022), essa concentração das ocupações na indústria indica a possibilidade de propagação de outras atividades produtivas no município, principalmente nos ramos de comércio e de serviços. Esses aspectos, juntamente com a questão locacional, destacada anteriormente, ajudam a explicar por que Ponta Porã abriga o setor terciário mais robusto da região.

Quanto ao setor de construção civil, este é o que menos emprega. Em 2005, respondeu por apenas 0,9% dos empregos regionais, percentual que passou para 1,5%, em 2016 (Tabela 1). Ponta Porã e Amambai são os municípios com o maior número de empregos nesse setor, tendo sido responsáveis por 89,7% das alocações, em 2016. Antônio João e Sete Quedas não apresentaram nenhum emprego na construção civil nos anos analisados (Apêndice 1). Esses aspectos denotam a fragilidade dessas economias municipais, tendo em vista os efeitos

propulsores do crescimento e do desenvolvimento serem fracos e não dinamizarem as economias locais, desencadeando o que Nurkse (1957) denominou de *círculo vicioso* do subdesenvolvimento.

Tabela 1: Emprego formal por grandes setores econômicos da região Sul-Fronteira de Mato Grosso do Sul - 2005, 2008, 2012 e 2016

Grandes Setores	2005	2008	2012	2016
Indústria	955	1.535	2.564	2.172
Construção Civil	144	285	299	381
Comércio	4.400	4.108	5.425	6.574
Serviços	7.009	8.199	9.645	10.669
Agropecuária	3.066	3.509	4.144	5.050
Total	15.574	17.636	22.077	24.846

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da RAIS (2024).

Esse padrão espacial das atividades produtivas na região Sul-fronteira está diretamente correlacionado às mudanças estruturais ocorridas nos municípios, especialmente naqueles com economias mais dinâmicas, como é o caso de Ponta Porã, que, por apresentarem contextos econômicos, políticos, sociais, culturais e de infraestrutura mais favoráveis, conseguem atrair diversos segmentos produtivos, principalmente os ligados aos setores secundário e terciário (Alves, 2022; Duarte, 2022; Duarte, 2023). Como consequência desse processo, observa-se a manutenção da estagnação econômica dos municípios com maior fragilidade econômica, que, devido à impossibilidade de oferecer bens e serviços mais diversificados e de melhor qualidade à população, acabam se consolidando como meras periferias regionais, exportadoras de produtos de origem primária e agrícola (Rippel, 2022; Duarte, 2023).

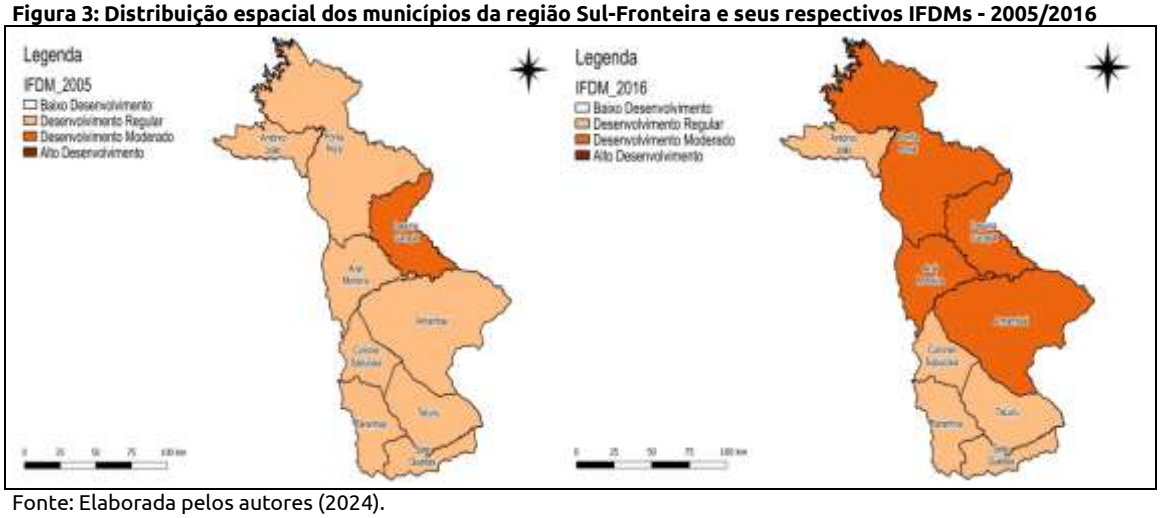
Alves (2022) destaca que aspectos institucionais, de produção, de consumo e de circulação, juntamente com estruturas produtivas já consolidadas localmente, dão origem a novas formas de organização produtiva. Essas mudanças tendem a ocorrer não apenas nos grandes setores econômicos – primário, secundário e terciário –, mas também entre os subsetores que formam esses grandes setores. O Apêndice 1 mostra os empregos formais de cada grande setor de atividade econômica dos municípios da região Sul-Fronteira do MS para os anos de 2005, 2008, 2012 e 2016.

Em relação à análise do IFDM, observa-se que, no geral, a região melhorou de 2005 a 2016, com redução do número de municípios na condição de desenvolvimento regular e aumento dos que passaram para a condição de desenvolvimento moderado. Contudo, nenhum município apareceu na condição de alto desenvolvimento, tanto em 2005 quanto em 2016 (Figura 3).

Ressalta-se, ainda, que nenhum dos municípios que aparecem na condição de desenvolvimento moderado em 2016 obteve um IFDM igual ou superior a 0,7[3], indicando a dificuldade desses municípios em fazer a transição para um nível de desenvolvimento mais elevado. Conforme a Figura 3, a seguir, seis municípios não apresentaram melhorias em

suas condições de desenvolvimento no período, sendo eles: Laguna Carapã, que permaneceu na condição de desenvolvimento moderado, e Antônio João, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru, que permaneceram na condição de desenvolvimento regular, tanto em 2005 quanto em 2016. A fragilidade socioeconômica desses últimos municípios também foi constatada por Corrêa (2019).

Figura 3: Distribuição espacial dos municípios da região Sul-Fronteira e seus respectivos IFDMs - 2005/2016



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Raiher (2020) destaca que a saída de um município do *círculo vicioso* do subdesenvolvimento não se dá de forma natural, por se tratar de um processo cumulativo que se retroalimenta com o passar do tempo. Para a autora, essa dificuldade de transição para um estágio mais elevado de desenvolvimento pode estar relacionada à implementação de políticas públicas que não foram capazes de impulsionar o desenvolvimento. Para Ferrera de Lima (2020), existem alguns mecanismos que retroalimentam a estagnação. No caso das regiões de fronteira, a estagnação tem relação, sobretudo, com a incapacidade de criar uma mentalidade desenvolvimentista que estimule a aprendizagem coletiva e forme cidadãos capazes de lidar com o desenvolvimento, frisa o autor. Além desses fatores, o fato de os efeitos propulsores serem fracos explica, segundo Myrdal (1957), a estagnação econômica e social de muitos municípios e regiões, e as áreas de fronteira não são exceção.

Vale lembrar, entretanto, que nesse caso cada município é comparado com ele mesmo no período 2005-2016, em que é possível analisar apenas a evolução do seu IFDM geral, sem avaliar qual dimensão – Emprego & Renda, Saúde e/ou Educação – foi a mais impactada. Uma análise mais detalhada de tais dimensões é feita pela ótica das abordagens intra e inter-regional, conforme mostra a subseção a seguir.

A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL-FRONTEIRA PELA ÓTICA DAS ABORDAGENS INTRA E INTER-REGIONAL

Quando analisados pela ótica da abordagem intrarregional, ou seja, quando o IFDM de cada município é comparado com a média regional do IFDM, percebe-se ter havido certa equalização das condições socioeconômicas dos municípios da região Sul-Fronteira no

período (Tabela 2, abaixo). Em 2005, eram três municípios na condição de *círculo virtuoso* – que é quando os IFDMs Emprego & Renda, Saúde e Educação são maiores que a média regional –; em 2016, nenhum. Porém, houve aumento dos que passaram a compor a condição de *tendendo ao desenvolvimento* – que é quando o IFDM Saúde e/ou Educação é maior que a média regional –, passando de dois, em 2005, para quatro, em 2016. Vale lembrar, entretanto, que o aumento do número dos que passaram a compor esse grupo foi decorrente da piora daqueles que estavam em condições socioeconômicas mais elevadas e não pela ascensão de novos integrantes, como mostra a Figura 4, na sequência.

Na condição de *tendendo ao crescimento* – que é quando apenas o IFDM Emprego & Renda é maior que a média regional –, não havia nenhum município em 2005; em 2016 passou a ser três. Na condição de *círculo vicioso* – que é quando o IFDM das três dimensões é menor que a média regional–, em 2005, eram quatro municípios e, em 2016, esse número se reduziu para dois, com apenas Sete Quedas e Tacuru permanecendo nessa condição, em 2016 (Figura 4, na sequência). Para Brandão (2007), tais disparidades em termos de desenvolvimento se devem a malformação estrutural das regiões, que é ocasionada por falta de investimentos produtivos nesses locais. A expansão econômica de algumas regiões tende a provocar, segundo Myrdal (1957), efeitos regressivos em outras, tal como vem ocorrendo em Mato Grosso do Sul.

Tabela 2: Número de municípios da região Sul-Fronteira por condição de desenvolvimento socioeconômico - 2005 e 2016

Condição/Abordagem	Abordagem Intrarregional		Abordagem Inter-regional	
	2005	2016	2005	2016
Círculo Virtuoso	03	00	00	00
Tendendo ao Desen.	02	04	00	01
Tendendo ao Cresc.	00	03	00	00
Círculo Vicioso	04	02	09	08

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IFDM/Firjan (2024).

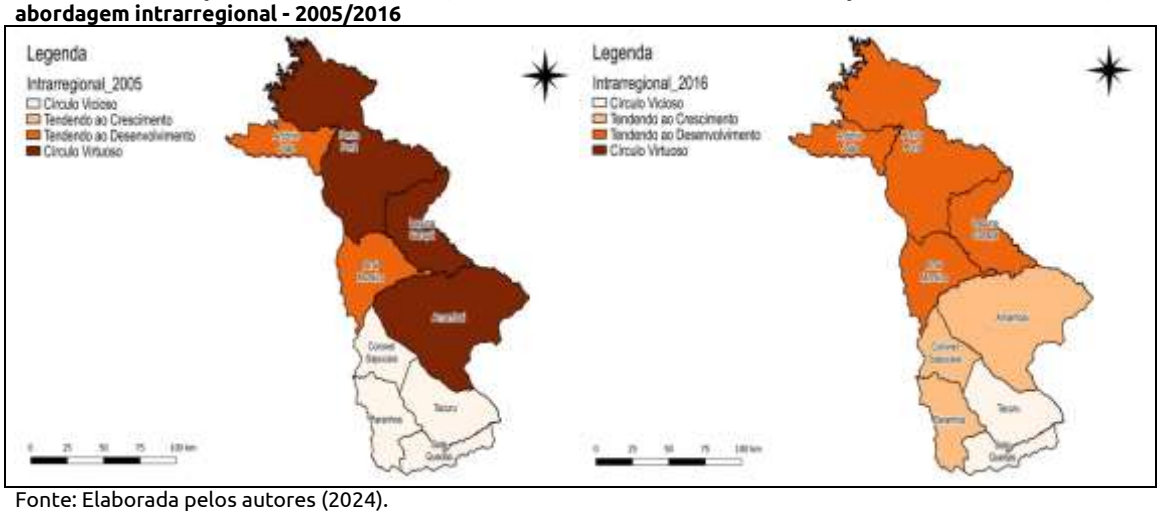
Já pela ótica da abordagem inter-regional, ou seja, quando o IFDM dos municípios da região Sul-Fronteira é comparado com a média estadual do IFDM, percebe-se uma situação bastante preocupante e desafiadora. Em 2005, os nove municípios estudados estavam na condição de *círculo vicioso* – que é quando o IFDM das três dimensões é menor que a média estadual –, indicando a existência de subdesenvolvimento na região. Em 2016, apenas o município de Ponta Porã apareceu na condição de *tendendo ao desenvolvimento*, porém, com IFDM Educação no limite da média estadual. Os demais municípios permaneceram na condição de *círculo vicioso* (Figura 5, adiante), indicando que, no período 2005/2016, quando comparado com a média do MS, esses municípios apresentaram condições socioeconômicas bem aquém dessa média.

Tais resultados são decorrentes do avanço de algumas regiões, principalmente daquelas em que as dimensões Saúde e Educação de seus municípios estão em patamares mais elevados. Para Ribeiro da Silva (2016), o desenvolvimento mais acelerado de algumas regiões do MS se deve à regionalização das políticas públicas de industrialização, utilizadas

para desenvolver o setor, as quais privilegiaram algumas regiões em detrimento de outras. Dresch e Bitencourt (2021) ressaltam que as regiões do estado com perfil econômico mais voltado para os ramos industriais e de serviços apresentam, em geral, níveis de desenvolvimento mais elevados. No caso específico dos municípios da região Sul-Fronteira, o subdesenvolvimento tem correlação com o baixo dinamismo de suas economias, com efeito direto nos indicadores sociais.

A Figura 4, abaixo, mostra a distribuição espacial dos municípios da região Sul-Fronteira por condição de desenvolvimento quando analisados pela ótica da abordagem intrarregional. Conforme a figura, houve certa piora dos municípios de Ponta Porã e Laguna Carapã, que passaram da condição de *círculo virtuoso* para a condição de *tendendo ao desenvolvimento*, e de Amambai, que passou de *círculo virtuoso* para *tendendo ao crescimento*. Coronel Sapucaia e Paranhos apresentaram certa melhora nas suas condições socioeconômicas, passando da condição de *círculo vicioso* para a condição de *tendendo ao crescimento*. Já os municípios de Tacuru e Sete Quedas se mantiveram na condição de *círculo vicioso*, tanto em 2005 quanto em 2016.

Figura 4: Distribuição espacial dos municípios da região Sul-Fronteira por condição de desenvolvimento pela abordagem intrarregional - 2005/2016



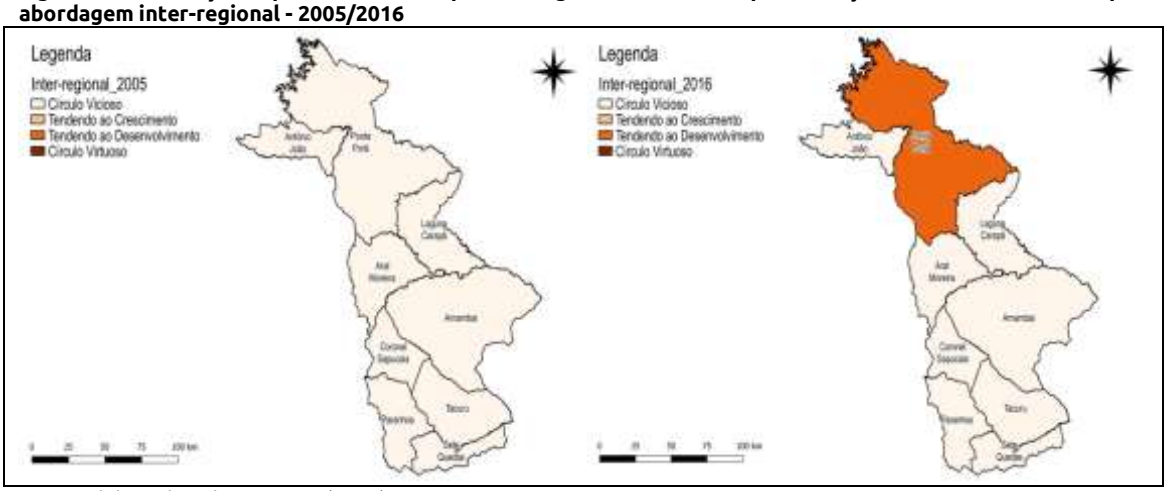
Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Essas disparidades em termos de desenvolvimento, quando analisadas pela ótica da abordagem intrarregional, devem-se ao perfil do grupo de municípios estudados, onde prevalece, na sua maioria, a agropecuária como atividade predominante. O fato de esses municípios terem suas economias focadas no setor primário dificulta a expansão de ramos produtivos mais dinâmicos, impondo limites ao seu desenvolvimento. Rippel (2022) ressalta que há uma estreita relação entre crescimento e desenvolvimento, que, apesar de serem processos diferentes, são complementares, fazendo com que o crescimento seja condição indispensável para o desenvolvimento. Para Myrdal (1957), o baixo dinamismo econômico de algumas regiões se deve aos baixos níveis de renda, educação, saúde e à falta de mobilidade social, o que tende a gerar obstáculos à criação de efeitos propulsores capazes de impulsionar o desenvolvimento.

No período estudado, houve certa melhora em algumas dimensões do IFDM regional, como é o caso da Educação e da Saúde, que apresentaram evolução de seus índices médios, com a Educação passando de 0.5457 para 0.7439, e a Saúde de 0.5244 para 0.6706, de 2005 para 2016, respectivamente. Porém, essa evolução foi insignificante quando comparada à evolução das regiões mais desenvolvidas do estado, refletindo o atraso socioeconômico dos municípios em questão. Já a dimensão Emprego & Renda apresentou queda de seu índice no período, passando de 0.5616, em 2005, para 0.4714, em 2016. Essa queda foi causada principalmente pela desaceleração do mercado de trabalho, provocada pela crise econômica iniciada em 2014, que fechou quase 3 milhões de postos de trabalho formal no país em 2015 e 2016 (IFDM, 2024).

A Figura 5, a seguir, mostra a distribuição espacial dos municípios da região Sul-Fronteira por condição de desenvolvimento, quando analisados pela ótica da abordagem inter-regional. Como se percebe, em 2005, todos os municípios da região encontravam-se na condição de *círculo vicioso* do subdesenvolvimento. A situação pouco se alterou em 2016, com apenas o município de Ponta Porã aparecendo na condição de *tendendo ao desenvolvimento*, porém, com IFDM Educação muito próximo do limite da média estadual. Isso significa que, no MS como um todo, na média, houve um desenvolvimento mais robusto do que o verificado nos municípios da região estudada, aumentando as desigualdades regionais no estado sul-mato-grossense.

Figura 5: Distribuição espacial dos municípios da região Sul-Fronteira por condição de desenvolvimento pela abordagem inter-regional - 2005/2016



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Como já mencionado, as dimensões Saúde e Educação foram determinantes na constituição dos IFDMs dos municípios sul-fronteiriços, em 2016. Porém, a média estadual da dimensão Saúde foi de 0.8341 e a da dimensão Educação de 0.7922, contra uma média de 0.6706 e 0.7439, respectivamente, dessas mesmas dimensões na região Sul-Fronteira, indicando a existência de concentração regional do desenvolvimento em Mato Grosso do Sul. Para Duarte (2022), essa concentração está associada à expansão dos polos industriais do estado, principalmente os polos de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, onde

os efeitos propulsores do crescimento e do desenvolvimento destacados por Myrdal (1957) são mais significativos.

Vale lembrar, porém, que a regionalização das políticas públicas de industrialização, destacadas por Ribeiro da Silva (2016), favoreceram um desenvolvimento desequilibrado em Mato Grosso do Sul. Nesse caso, a solução para melhorar as condições de desenvolvimento da região Sul-Fronteira passa, necessariamente, pela adoção de políticas públicas internas à própria região. Nurkse (1957) destaca que o Estado – no caso deste estudo, o Estado do MS e os municípios estudados – deve disponibilizar garantias institucionais e políticas que permitam as pessoas superarem o *círculo vicioso* de subdesenvolvimento em que se encontram. Duarte (2022) destaca que nas regiões com esse perfil, faz-se necessário uma orientação política que valorize os recursos regionais endógenos, induzindo um processo de ruptura estrutural que, ampliado pelo comércio inter-regional, seja capaz de dinamizar a economia local e promover o desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as condições de desenvolvimento dos municípios da região Sul-Fronteira de Mato Grosso do Sul, entre 2005 e 2016. De modo geral, os resultados mostram que esses municípios são bastante heterogêneos em termos de área territorial, tamanho da população, estrutura produtiva e geração de emprego, com a população concentrada, principalmente, nos municípios de Ponta Porã e Amambai. Mostram, também, que o emprego regional cresceu aproximadamente 60% no período, com os municípios de Ponta Porã, Aral Moreira e Amambai apresentando uma leve melhora do IFDM geral, passando da condição de desenvolvimento regular para a condição de desenvolvimento moderado, juntando-se ao município de Laguna Carapã, que já se encontrava nessa condição, em 2005. Os demais municípios permaneceram no mesmo nível de desenvolvimento (regular) que se encontravam no início do período.

Já quando analisados pela ótica da abordagem intrarregional, em que o IFDM de cada município é comparado com a média regional do IFDM, percebe-se ter havido certa equalização do desenvolvimento dos municípios Sul-fronteiriços no período, com apenas Tacuru e Sete Quedas permanecendo na condição de *círculo vicioso*. Porém, quando analisados pela ótica da abordagem inter-regional, em que o IFDM de cada município é comparado com a média estadual do IFDM, o que se verifica é a existência de precárias condições de desenvolvimento na região, em que um *círculo vicioso* de subdesenvolvimento é evidenciado em oito dos nove municípios estudados, indicando haver no MS uma ampliação das desigualdades socioeconômicas entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres do estado.

Esse baixo grau de desenvolvimento dos municípios estudados está associado ao perfil setorial da economia regional, onde apenas Ponta Porã e, em menor proporção, Amambai têm o setor industrial com alguma representatividade em suas economias. Os demais, por

serem especializados em poucas atividades produtivas, especialmente do setor primário, e com limitações financeiras para financiar suas próprias políticas de desenvolvimento, acabam se valendo de produtos e serviços oferecidos pelos municípios mais desenvolvidos de outras regiões para atender suas necessidades locais. Tais limitações fazem com que a região não consiga reter seus excedentes econômicos, que acabam migrando para outras regiões em busca de maiores retornos, assim como outros fatores de produção, especialmente a mão de obra mais qualificada, que também migra em busca de melhores salários e melhores condições de vida.

É importante ressaltar, porém, que algumas políticas públicas de desenvolvimento regional de alcance mais geral, adotadas pelas esferas federal e estadual, muitas vezes estão descoladas da realidade regional e/ou local, as quais acabam contribuindo mais para o aprofundamento das desigualdades regionais do que para a sua redução. As políticas setoriais são um exemplo – como no caso da política industrial –, por privilegiarem regiões específicas de Mato Grosso do Sul, em detrimento das menos desenvolvidas do estado. Este é o caso da região Sul-Fronteira, que não consegue atrair para si um setor industrial consistente e robusto, capaz de propagar outros ramos produtivos na região – como é o caso das atividades de comércio e de serviços.

Sendo assim, a adoção e implementação de políticas públicas que busquem contemplar as potencialidades e especificidades endógenas a cada região e/ou município apresenta-se como alternativa para alavancar o desenvolvimento e amenizar as desigualdades intra e inter-regionais do MS. Nesse sentido, cabe à sociedade civil organizada local, em parceria com o Estado – governo do MS e os prefeitos –, o papel de articulação política para viabilizar as condições que conduzam às múltiplas dimensões – econômicas, sociais, culturais, ambientais, entre outras – do desenvolvimento. Ações dessa natureza são fundamentais para romper com o *círculo vicioso* do subdesenvolvimento de muitas regiões e municípios que se encontram nessa condição.

Como sugestão de estudos futuros, espera-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas com essa metodologia, utilizando-se de outros recortes temporais e geográficos da faixa de fronteira internacional do MS, com o objetivo de entender a dinâmica socioeconômica de seus municípios. Espera-se, também, que novas pesquisas sejam realizadas, principalmente nas regiões menos desenvolvidas e que não estão situadas na faixa de fronteira, com intuito de entender se os problemas estruturais desses locais são os mesmos problemas encontrados nos municípios da região Sul-Fronteira. Todavia, tais estudos devem ser realizados atentando-se para as particularidades e singularidades locais, para que novas estratégias de desenvolvimento possam ser adotadas com sucesso.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n. 2, p. 9-29, 2022.

BELARMINO, O. M; VIEIRA, R. M. O desenvolvimento nos territórios de fronteira: análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul fronteira/MS. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico *em Debate* - RDSD**, Criciúma, v. 7, n. 1, p. 89-103, 2021.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

CARDOSO, F. G. **O círculo vicioso da pobreza e a causação circular cumulativa**: retomando as contribuições de Nurkse e Myrdal. Informações Fipe: temas de economia aplicada, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Cardoso-2/publication/312374481_O_Circulo_Vicioso_da_Pobreza_e_a_Causacao_Circular_Cumulativa_Retomando_as_Contribuicoes_de_Nurkse_e_Myrdal/links/587c35c608ae4445c0643759/O-Circulo-Vicioso-da-Pobreza-e-a-Causacao-Circular-Cumulativa-Retomando-as-Contribuicoes-de-Nurkse-e-Myrdal.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CORRÊA, A. S. **Políticas públicas para a integração regional da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul**: um estudo da "borda fronteira Brasil/Paraguai". 2019. 246 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

CORRÊA, A. S.; BIDARRA, Z. S.; PIFFER, M. Desigualdades e Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2005 e 2013. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 2, p. 164-173, 2019.

CORRÊA, A. S.; DUARTE, V. N. Desenvolvimento socioeconômico nos municípios catarinenses: o que mostram os indicadores? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 27, p. 1-19, 2022.

DRESCH, L. O.; BITENCOURT, M. B. Perfil econômico dos municípios do estado do Mato Grosso do Sul e sua influência no desenvolvimento municipal. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 25, n. 2, p. 42-61, 2021.

DUARTE, V. N,; ALVES, L. R. Índice de desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul-Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 441-469, 2022.

DUARTE, V. N. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região da AMARP em Santa Catarina-Brasil. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 27, n. 2, p. 310-329, 2023.

DUARTE, V. N. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, 2015.

DUARTE, V. N**. Diversificação produtiva e desenvolvimento regional:** o caso de Mato Grosso do Sul. 2022. 295 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

FERRERA DE LIMA, J. As disparidades regionais na fronteira sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,** Taubaté, v. 15, n. 5, p. 128-137, 2019.

FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento regional fronteiriço: elementos para reflexão. In: FERRERA DE LIMA, J. **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil**. Toledo, NDR, 2020.

FERRERA DE LIMA, J. **Economia territorial**: indicadores e metodologias. Campina Grande: EdUEPB, 2022.

FERRERA DE LIMA, J.; HERSEN, A.; KELIN, C. F. Desenvolvimento humano municipal no Oeste do Paraná: o que mostram os indicadores? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 157-173, 2016.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=31451&t=downloads>. Acesso em: 10 mai. 2024.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 mai. 2024.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). **Consulta ao índice.** Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO**. La dinámica del desarrollo humano regional.** 2002. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/mexico2002sp.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2024.

KRÜGER, C.; DANTAS, M. K.; CASTRO, J. M.; PASSADOR, C. S.; CALDANA, A. C. F. Análise das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 41-62, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEMADE. **Estudo da dimensão territorial do estado de Mato Grosso do Sul**: regiões de planejamento. Campo Grande, 2015. <https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2024.

MOURA, A.**O evangelho do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

MYRDAL, G**. Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.

NURKSE, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

RAIHER, A. P. A faixa de fronteira brasileira e o desenvolvimento humano. In: FERRERA DE LIMA, J. **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil**. Toledo, NDR, 2020.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento Humano Municipal no Sul do Brasil: evolução recente e círculo vicioso da pobreza. **Acta Scientarium Human and Social Sciences**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 147-154, 2014.

RAIS. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Vínculos de emprego**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

RIBEIRO DA SILVA, C. H. **Política industrial brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul no século XXI**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

RIPPEL, R. Toledo no Paraná: 75 anos de transformações econômicas e demográficas – 1946-2021. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n. 3, p. 81-101, 2022.

ROSTOLDO, J. P. Subdesenvolvimento e desenvolvimento no contexto da Cepal: o embate entre dependência e interdependência na América Latina. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 21, n. 3, p. 280-297, 2021.

[1] Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes), por meio de bolsa de estudo de Pós-Doutorado concedida ao primeiro autor.

[2] Trata-se de uma das nove regiões de planejamento criadas pela antiga Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de estabelecer um norte para as ações de planejamento e avançar na definição de políticas regionais comprometidas com o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento humano da população sul-mato-grossense.

[3] Municípios na condição de desenvolvimento moderado são aqueles com IFDM entre 0,6 e 0,8 (Firjan, 2024).

Apêndice 1: Emprego formal por grandes setores de atividade econômica dos municípios da região Sul-Fronteira do MS - 2005, 2008, 2012 e 2016.

Municípios	Grandes Setores	2005	2008	2012	2016
Amambai	**Total**	**4.518**	**4.600**	**5.050**	**5.331**
	Indústria	322	682	489	511
	Construção Civil	70	140	96	158
	Comércio	1.791	1082	1.241	1.448
	Serviços	1.643	1.717	2.119	1.991
	Agropecuária	692	979	1.105	1.223
Antônio João	**Total**	**489**	**668**	**779**	**881**
	Indústria	4	-	2	6
	Construção Civil	-	-	-	-
	Comércio	75	60	90	139
	Serviços	233	372	380	365
	Agropecuária	177	236	307	371
Aral Moreira	**Total**	**345**	**557**	**794**	**1.308**
	Indústria	5	8	26	36
	Construção Civil	-	-	1	1
	Comércio	80	169	221	370
	Serviços	126	214	257	407
	Agropecuária	134	166	289	494
Coronel Sapucaia	**Total**	**705**	**667**	**859**	**1.059**
	Indústria	20	18	28	44
	Construção Civil	10	12	8	23
	Comércio	155	162	150	259
	Serviços	449	388	563	613
	Agropecuária	71	87	110	120
Laguna Carapã	**Total**	**870**	**949**	**1.104**	**1.355**
	Indústria	5	4	8	8
	Construção Civil	1	-	2	10
	Comércio	103	112	149	177
	Serviços	283	371	347	473
	Agropecuária	478	462	598	687
Paranhos	**Total**	**496**	**461**	**666**	**892**
	Indústria	4	6	15	16
	Construção Civil	-	-	-	1
	Comércio	53	56	76	139
	Serviços	276	300	426	561
	Agropecuária	163	99	149	175
Ponta Porã	**Total**	**6.724**	**8.141**	**11.012**	**12.068**
	Indústria	538	727	1.871	1.453
	Construção Civil	57	104	190	184
	Comércio	1.873	2.226	3.158	3.638
	Serviços	3.354	4.036	4.682	5.418
	Agropecuária	902	1.048	1.111	1.375
Sete Quedas	**Total**	**759**	**806**	**941**	**1.003**
	Indústria	39	66	110	71
	Construção Civil	-	-	-	-
	Comércio	190	170	215	253
	Serviços	379	407	452	460
	Agropecuária	151	163	164	219
Tacuru	**Total**	**668**	**787**	**872**	**949**
	Indústria	18	24	15	27
	Construção Civil	6	29	2	4
	Comércio	80	71	125	151
	Serviços	266	394	419	381
	Agropecuária	298	269	311	386

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS (2024).